

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

QUESTÃO 21

O Poder Público deferiu título de organização social a uma pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, cuja atividade é dirigida à preservação do meio ambiente.

Considerando-se o entendimento do Supremo Tribunal Federal, é correto afirmar que eventuais trabalhadores contratados pela referida entidade após a qualificação serão considerados

- A agentes honoríficos, sendo facultativa a promoção de processo seletivo objetivo e impessoal.
- B empregados públicos, sujeitos à regra constitucional do concurso público.
- C servidores públicos, sujeitos à regra constitucional do concurso público.
- D empregados privados, selecionados mediante processo seletivo objetivo e impessoal.
- E empregados privados, sendo facultativa a promoção de processo seletivo objetivo e impessoal.

QUESTÃO 22

Após a regular tramitação de processo administrativo disciplinar instaurado contra servidor público federal, a comissão processante propôs, em relatório, penalidade de suspensão de sessenta dias.

Nessa situação, segundo entendimento do Superior Tribunal de Justiça, a autoridade julgadora

- A pode divergir da conclusão do relatório, podendo majorar ou diminuir a penalidade administrativa.
- B pode alterar a capitulação da infração, mas deve manter a penalidade administrativa proposta.
- C deve acatar a conclusão do relatório e aplicar a penalidade administrativa proposta.
- D deve acatar a conclusão do relatório, podendo majorar a penalidade administrativa, mas não diminuí-la.
- E pode divergir da conclusão do relatório, mas não pode diminuir a penalidade administrativa.

QUESTÃO 23

Uma das atribuições dos órgãos de assessoria jurídica da administração pública é apreciar juridicamente as minutas de contratos, convênios ou acordos administrativos. Nessa hipótese, para a efetivação de ajustes, as minutas devem ser

- A previamente aprovadas pela comissão de licitação.
- B previamente examinadas e aprovadas pela própria assessoria jurídica da administração pública.
- C examinadas, até o término de sua vigência, pela comissão de licitação.
- D aprovadas, até o término de sua vigência, pela própria assessoria jurídica da administração pública.
- E previamente examinadas pelo licitante.

QUESTÃO 24

Um servidor entrou em exercício em um cargo público amparado por decisão judicial liminar precária e, antes do julgamento final da ação mandamental, requereu, enquanto ainda estava em exercício, sua aposentadoria por tempo de contribuição, visto que havia efetuado legítimas contribuições ao sistema previdenciário. Após a concessão da aposentadoria, ocorreu o julgamento final da demanda, e a segurança foi denegada.

Nessa situação, segundo o entendimento do Superior Tribunal de Justiça, a aposentadoria desse servidor deve ser

- A cassada, em razão da precariedade do vínculo de trabalho.
- B válida, por aplicação da teoria do fato consumado.
- C mantida, em razão da conversão do vício de forma.
- D anulada, com efeitos retroativos à data da aposentadoria.
- E revogada, com efeitos a partir da data do julgamento final da demanda.

QUESTÃO 25

No que concerne à improbidade administrativa, julgue os seguintes itens, à luz da Lei n.º 8.429/1992.

- I É possível conduta omissiva culposa configurar ato de improbidade administrativa que cause lesão ao erário.
- II As hipóteses de improbidade administrativa previstas na Lei de Improbidade são taxativas.
- III Em ação de improbidade, é inadmissível transação, acordo ou conciliação.
- IV Aplica-se aos atos de improbidade administrativa o princípio da insignificância.

Estão certos apenas os itens

- A I e II.
- B I e III.
- C II e III.
- D III e IV.
- E I, II e IV.

QUESTÃO 26

Em caso de recurso administrativo interposto perante autoridade incompetente, a legislação prevê que

- A o recurso seja remetido à autoridade competente.
- B a autoridade competente seja indicada ao recorrente, sendo-lhe devolvido o prazo para recurso.
- C o seguimento do recurso seja negado.
- D o recurso seja conhecido, embora deva ser desprovido.
- E o processo administrativo correspondente seja arquivado.

QUESTÃO 27

A Constituição Federal de 1988 estabelece que os tribunais regionais eleitorais sejam compostos por dois juizes dentre seis advogados de notável saber jurídico e idoneidade moral indicados pelo

- A Tribunal de Justiça.
- B Superior Tribunal de Justiça.
- C presidente do Supremo Tribunal Federal.
- D Tribunal Superior Eleitoral.
- E presidente da República.

QUESTÃO 28

Acerca das normas constitucionais que regem os direitos políticos e os partidos políticos, assinale a opção correta, conforme a Constituição Federal de 1988 e o entendimento do Supremo Tribunal Federal.

- A** É inelegível para o cargo de vereador ex-cônjuge de governador do estado, ainda que se trate de reeleição e a dissolução do vínculo conjugal tenha ocorrido antes do início do mandato de governador.
- B** Não se aplica a regra da perda de mandato por infidelidade partidária a governador que, depois de eleito pelo sistema majoritário, resolva mudar de partido político.
- C** A condenação de servidor público federal por ato de improbidade administrativa não impede sua candidatura ao cargo de deputado federal, uma vez que tal situação não se inclui entre as hipótese de suspensão de direitos políticos.
- D** O voto é obrigatório para o cidadão brasileiro naturalizado que seja analfabeto.
- E** Ação para impugnação do mandato de prefeito eleito graças a esquema de compra de votos deve ser ajuizada na justiça federal, dentro do prazo de seis meses, e instruída com provas do abuso do poder econômico.

QUESTÃO 29

De acordo com a Constituição Federal de 1988 e o entendimento do Supremo Tribunal Federal, compete

- A** à União legislar sobre a criação de novos municípios.
- B** aos estados legislar sobre as custas de serviços forenses enquanto inexistir lei federal que disponha sobre normas gerais.
- C** aos municípios litorâneos legislar sobre o uso de terrenos de Marinha que se encontrem em seu território.
- D** aos estados-membros legislar sobre crimes de responsabilidade.
- E** aos municípios legislar sobre questões específicas em matéria eleitoral.

QUESTÃO 30

A respeito dos direitos e das garantias fundamentais, julgue os seguintes itens.

- I Conforme a Constituição Federal de 1988, é cabível o ajuizamento de mandado de injunção no caso de omissão legislativa inconstitucional que inviabilize o exercício do direito de sufrágio.
- II Perderá os direitos políticos o cidadão que alegar convicções políticas para deixar de prestar o serviço militar obrigatório e que se recusar a cumprir prestação alternativa fixada em lei.
- III É vedada a candidatura ao cargo de governador a cidadão naturalizado brasileiro, por se tratar de cargo privativo de brasileiro nato.

Assinale a opção correta.

- A** Apenas o item I está certo.
- B** Apenas o item II está certo.
- C** Apenas os itens I e III estão certos.
- D** Apenas os itens II e III estão certos.
- E** Todos os itens estão certos.

QUESTÃO 31

O presidente da República, fundamentando-se no argumento de que o exercício dos direitos políticos não deve ser imposto pelo Estado, pretende extinguir o voto obrigatório para os cidadãos com idade entre dezoito e setenta anos nas eleições de cargos eletivos do Poder Legislativo e do Poder Executivo e implementar o voto facultativo.

Nesse caso, a implementação do voto facultativo deverá ocorrer por

- A** lei complementar.
- B** medida provisória.
- C** lei ordinária.
- D** emenda constitucional.
- E** decreto legislativo.

QUESTÃO 32

Acerca das normas constitucionais que regem a administração pública, assinale a opção correta.

- A** Advogado concursado de órgão público federal que seja aprovado em concurso público para o cargo de professor em universidade estadual estará impedido de tomar posse enquanto estiver no exercício do cargo no órgão federal, ainda que haja compatibilidade de horários.
- B** Após o estágio probatório, o servidor público somente perderá seu cargo em razão de processo administrativo disciplinar ou de decisão judicial condenatória transitada em julgado.
- C** Ao ocupante de cargo público federal efetivo eleito vereador será garantida a investidura no mandato eletivo, não havendo necessidade de afastamento do cargo que exerce nem prejuízo de sua remuneração, desde que haja compatibilidade de horários.
- D** Servidor público de sessenta e cinco anos de idade e em exercício, há trinta anos, no cargo para o qual foi aprovado por concurso público tem direito à requisição da aposentadoria com proventos integrais, independentemente do tempo de contribuição.
- E** Cidadão estrangeiro, ainda que residente no Brasil há mais de dez anos, não pode ser nomeado para exercer cargo em comissão, uma vez que a natureza desse cargo exige a condição de brasileiro nato ou naturalizado.

QUESTÃO 33

Determinada lei, publicada seis meses antes da data da realização de eleições estaduais, criou hipótese de inelegibilidade para dificultar abuso do poder econômico.

Assinale a opção correta a respeito da classificação da referida lei e de sua vigência e aplicação.

- A** Tal lei deve ser complementar, e vigorará e se aplicará a partir da data da sua publicação.
- B** Tal lei deve ser complementar e não se aplicará às referidas eleições.
- C** Tal lei deve ser ordinária estadual e não se aplicará às referidas eleições.
- D** Tal lei deve ser ordinária distrital, e vigorará e se aplicará a partir da data da sua publicação.
- E** Tal lei deve ser ordinária federal, e se aplicará a partir da data de sua publicação.

QUESTÃO 34

Considerando que tenha sido ajuizada ação de impugnação do registro de candidatura de senador, assinale a opção correta.

- A** O julgamento deverá ocorrer até a diplomação do candidato, se eleito.
- B** A competência para o julgamento da ação é do tribunal regional eleitoral (TRE).
- C** O autor da referida ação pode ser o Ministério Público eleitoral, partido político ou coligação, qualquer candidato ou cidadão.
- D** O partido político do candidato figurará como litisconsorte passivo na ação.
- E** Os suplentes figurarão como litisconsortes passivos na ação.

QUESTÃO 35

Nos termos do art. 41-A da Lei n.º 9.504/1997 e conforme a jurisprudência do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), configura-se a captação ilícita de sufrágio

- A** ainda que a conduta tenha sido praticada fora do período eleitoral.
- B** se houver evidência do dolo consubstanciado no objetivo de obter o voto do eleitor.
- C** somente se houver atos de violência ou grave ameaça ao eleitor.
- D** somente se a conduta for praticada pelo próprio candidato.
- E** ainda que não haja pedido explícito de voto.

QUESTÃO 36

A apuração do quociente eleitoral é necessária para determinar o resultado de eleição para

- A** prefeito.
- B** senador.
- C** vereador.
- D** presidente da República.
- E** governador.

QUESTÃO 37

O Ministério Público Eleitoral (MPE) recebeu notícia de prática de crime eleitoral e de crime comum a ele conexo, ambos praticados por candidato derrotado à vaga de deputado estadual, que nunca antes ocupara cargo público eletivo.

Nessa situação hipotética,

- A** independentemente da existência de dolo, o promotor eleitoral estará sujeito à penalização criminal se não oferecer a denúncia no prazo legalmente previsto.
- B** o prazo para o oferecimento da denúncia eleitoral deverá ser reduzido caso o indiciado seja preso.
- C** o candidato tem foro privilegiado no TRE.
- D** o Ministério Público Eleitoral, mesmo após a denúncia, poderá desistir da ação penal.
- E** a denúncia deve ser conjunta e oferecida na justiça eleitoral, desde que o crime conexo não tenha sido crime doloso contra a vida.

QUESTÃO 38

O fato de um partido político ter sido beneficiado recentemente com novos recursos de fundo partidário significa que ele está

- A** com as contas partidárias do ano anterior ao recebimento dos recursos devidamente aprovadas.
- B** obrigado a observar a Lei de Licitações para aplicar os referidos recursos.
- C** proibido de utilizar os recursos para realizar pagamento de despesas com alimentação em restaurantes ou lanchonetes.
- D** habilitado a utilizar gratuitamente escolas públicas para a realização de suas convenções.
- E** com o estatuto registrado no TSE e constituído regularmente como pessoa jurídica de direito público.

QUESTÃO 39

Acerca do domicílio, assinale a opção correta.

- A** O foro de eleição é uma espécie de domicílio necessário ou legal.
- B** É inadmissível, pelo ordenamento jurídico, a pluralidade de domicílios.
- C** O domicílio da pessoa jurídica que possui vários estabelecimentos empresariais é sua sede administrativa.
- D** O servidor público tem domicílio no local onde exerce permanentemente suas funções, ainda que exerça função de confiança de forma transitória em local diverso.
- E** O domicílio necessário do preso é o local onde foi capturado, ainda que cumpra a sentença condenatória em local diverso.

QUESTÃO 40

Maria, Carla e Luciana são credoras solidárias da quantia de R\$ 3.000 de Antônio. Maria casou-se com Antônio. Na constância da sociedade conjugal, houve a perda da pretensão de recebimento do crédito de Carla e Luciana em relação a Antônio. Posteriormente, insatisfeita com o relacionamento, Maria divorciou-se de Antônio e ingressou com ação de cobrança contra ele.

A respeito dessa situação hipotética, assinale a opção correta de acordo com o Código Civil.

- A** O casamento de Maria com Antônio é causa interruptiva da prescrição.
- B** O prazo de prescrição pode ser alterado mediante acordo entre as credoras e Antônio.
- C** Maria não pode renunciar tacitamente à prescrição.
- D** A suspensão da prescrição em favor de Maria aproveita às demais credoras solidárias.
- E** Maria pode exigir de Antônio o cumprimento da prestação por inteiro.

QUESTÃO 41

João deve determinada quantia a Carlos, o qual deve igual valor a Pedro. Feito acordo entre os três, João deverá pagar a referida quantia diretamente a Pedro, o que retira Carlos da relação obrigacional.

O instituto utilizado pelas partes para adimplemento da obrigação nessa situação hipotética denomina-se

- A** novação.
- B** assunção de dívida.
- C** confusão.
- D** compensação.
- E** dação em pagamento.

QUESTÃO 42

Em 20/5/2014, o carro conduzido por Fernando foi atingido na traseira pelo automóvel conduzido por Rafael, o qual não respeitou sinalização de parada obrigatória. Os dois convencionaram que Fernando apresentaria a Rafael três orçamentos dos reparos no automóvel e que Rafael lhe pagaria o de menor valor. No dia 2/6/2014, Fernando, então, apresentou os três orçamentos, mas Rafael recusou-se a efetuar o pagamento, sob o argumento de que os valores estavam muito altos. Em 10/6/2014, Rafael fez contraproposta, que não foi aceita por Fernando. Fernando, então, ingressou com ação de cobrança e, em 14/6/2014, Rafael foi citado. Após o regular trâmite do processo, o juiz reconheceu a culpa de Rafael e o condenou, em 2/3/2015, a pagar quantia certa a Fernando.

Considerando-se o disposto no Código Civil e a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, nessa situação hipotética o termo inicial dos juros de mora é

- A** 14/6/2014.
- B** 2/3/2015.
- C** 20/5/2014.
- D** 2/6/2014.
- E** 10/6/2014.

QUESTÃO 43

Pedro, a fim de reformar seu imóvel, celebrou contrato de empreitada com João, empreiteiro que lhe ofereceu o menor preço e se comprometeu a concluir a obra em três meses. O contrato previa a prestação de serviços e o fornecimento de materiais, contudo, durante a execução da obrigação, João faleceu. Pedro estava em mora.

À luz do Código Civil e do entendimento doutrinário sobre o tema, assinale a opção correta, acerca dessa situação hipotética.

- A** Os riscos correriam por conta de João até o momento da entrega da obra, já que Pedro estava em mora.
- B** A obrigação assumida por João é alternativa.
- C** A obrigação assumida por João é de não fazer.
- D** O fornecimento de materiais por João é presumido no contrato de empreitada.
- E** O falecimento de João não implica a extinção do contrato.

QUESTÃO 44

Acerca das espécies de contratos regulados pelo Código Civil, assinale a opção correta.

- A** Tratando-se de contrato de comodato, o comodatário pode recobrar do comodante as despesas feitas com a conservação da coisa emprestada.
- B** A culpa de terceiro elide a responsabilidade contratual do transportador no caso de contrato de transporte de pessoas.
- C** O benefício de ordem em contrato de fiança aproveita ao fiador que se obrigou como devedor solidário.
- D** Em se tratando de venda *ad corpus*, o preço do imóvel é determinado por sua área.
- E** Morto o doador, o Ministério Público poderá exigir do donatário o cumprimento dos encargos da doação de interesse geral, se ainda não cumpridos.

QUESTÃO 45

Em um tribunal, o relator de determinado recurso concedeu o prazo de cinco dias ao recorrente para que fosse sanado vício e complementada a documentação exigida pela legislação para interposição de recurso.

Nessa situação, o magistrado tomou tal providência com base no princípio denominado

- A** dialeticidade.
- B** fungibilidade.
- C** primazia do julgamento do mérito.
- D** dispositivo.
- E** identidade física do juiz.

QUESTÃO 46

Durante a instrução probatória no curso de processo referente a ação de cobrança proposta por indivíduo identificado, na petição inicial, como credor do réu, o juiz verificou que o demandante não era o verdadeiro titular do crédito.

Nessa situação, o juiz deve considerar o autor como parte legítima e examinar o mérito do processo se adotar a teoria da

- A** carga dinâmica da prova.
- B** substanciação.
- C** asserção.
- D** exposição.
- E** causa madura.

QUESTÃO 47

Julgue os itens a seguir, com base no Código de Processo Civil.

- I É cabível a fixação de honorários de sucumbência na reconvenção, no cumprimento de sentença, na execução e em grau recursal.
- II A legislação processual proíbe que a tutela da evidência seja concedida antes da manifestação do réu.
- III Somente para rescindir decisão de mérito pode-se utilizar ação rescisória.
- IV A concessão do benefício da prioridade de tramitação de processo a parte idosa que figure como beneficiado deve ser estendido em favor de seu cônjuge supérstite no caso de óbito da parte.

Estão certos apenas os itens

- A I e II.
- B I e III.
- C I e IV.
- D II e III.
- E III e IV.

QUESTÃO 48

Tendo examinado uma petição inicial com dois pedidos, em demanda que tramitava pelo procedimento comum, o juiz indeferiu parcialmente a petição quanto a um dos pedidos apresentados pelo autor e determinou a citação do réu para que o processo prosseguisse apenas em relação ao outro pedido.

Nesse momento processual, o pronunciamento do juiz será

- A recorrível por apelação.
- B irrecorrível.
- C recorrível por agravo retido.
- D recorrível por agravo de instrumento.
- E recorrível por agravo interno.

QUESTÃO 49

De acordo com o Código de Processo Civil, o *amicus curiae*

- A deve ser pessoa jurídica, órgão ou entidade especializada, sendo vedado à pessoa natural atuar nessa condição.
- B depende de autorização da parte interessada para participar da relação processual.
- C pode opor embargos de declaração e ainda recorrer da decisão que julgar o incidente de resolução de demandas repetitivas.
- D pode ingressar somente em demandas que tramitem nos tribunais.
- E tem o direito, assegurado na lei, de realizar sustentação oral em julgamento de qualquer causa da qual participe.

QUESTÃO 50

De acordo com a jurisprudência dos tribunais superiores, julgue os itens que se seguem.

- I A fixação de *astreintes* pelo juiz faz coisa julgada material, caso não seja objeto de recurso pela parte interessada, não podendo ser alterada posteriormente.
- II Tendo sido a intimação feita por oficial de justiça, a contagem do prazo recursal inicia-se da data em que a parte tomou conhecimento da intimação, porque a contagem a partir da data da juntada do mandado somente se aplica para hipóteses de citação.
- III O prazo decadencial para a impetração de mandado de segurança em razão de redução ilegal do valor de vantagem integrante de remuneração de servidor público se renova a cada mês.
- IV São protelatórios os embargos de declaração cuja finalidade seja rediscutir matéria julgada em conformidade com precedente firmado pelo rito dos recursos repetitivos.

Estão certos apenas os itens

- A I e II.
- B I e IV.
- C II e III.
- D III e IV.
- E II, III e IV.

QUESTÃO 51

Um indivíduo de dezenove anos de idade, livre, consciente e capaz, dirigiu-se a uma joalheria com a intenção de praticar furto. Na loja, passou-se por cliente e pediu a uma vendedora para ver algumas peças. Enquanto via as joias, aproveitando-se de um descuido da vendedora, o indivíduo colocou um colar de ouro em seu bolso e, em seguida, saiu da loja, sem nada ter comprado. Trinta minutos depois, ele retornou à loja e devolveu a joia, incentivado por sua mãe. Apesar disso, o gerente, representando a joalheria, decidiu registrar boletim de ocorrência sobre o fato em uma delegacia de polícia, e o homem foi indiciado por furto simples. Após o término do inquérito policial, o Ministério Público denunciou o acusado por furto simples. A denúncia foi recebida pelo juízo competente quatro anos e seis meses depois da prática do delito, com a determinação da citação do acusado.

Nesse caso, é possível o reconhecimento de

- A arrependimento eficaz.
- B desistência voluntária.
- C prescrição da pretensão punitiva.
- D tentativa de furto.
- E crime oco.

QUESTÃO 52

Depois de finalizado o devido processo legal, um indivíduo foi condenado à pena concreta mínima de um ano de reclusão e de dez dias-multa por ter praticado crime de estelionato.

De acordo com o Código Penal e com o entendimento dos tribunais superiores, nesse caso é permitido ao juiz, na sentença condenatória,

- A** converter a pena de reclusão aplicada em duas penas restritivas de direitos, sendo uma de prestação de serviços comunitários e outra de prestação pecuniária.
- B** estabelecer prestação de serviços comunitários como condição do regime aberto.
- C** aplicar o regime aberto, ainda que o condenado seja reincidente.
- D** estabelecer regime mais severo que o permitido em lei, ainda que a pena base tenha se mantido no mínimo legal.
- E** converter a pena de reclusão aplicada em uma pena de multa.

QUESTÃO 53

Acerca do crime de estelionato, julgue os seguintes itens.

- I Em se tratando de crime de estelionato cometido contra a administração pública, não se aplica o princípio da insignificância, pois a conduta que ofende o patrimônio público, a moral administrativa e a fé pública possui elevado grau de reprovabilidade.
- II Aplica-se a regra do concurso material de delitos a crime de estelionato previdenciário cometido por um só agente após o óbito do segurado, tendo esse agente efetuado saques mensais de prestações previdenciárias por meio de cartão magnético.
- III Extingue-se a punibilidade do delito de estelionato previdenciário se o agente devolver a vantagem ilícita recebida à Previdência Social antes do recebimento da denúncia.

Com base no entendimento do Superior Tribunal de Justiça, assinale a opção correta.

- A** Apenas o item I está certo.
- B** Apenas o item II está certo.
- C** Apenas os itens I e III estão certos.
- D** Apenas os itens II e III estão certos.
- E** Todos os itens estão certos.

QUESTÃO 54

No exercício de suas atribuições, um funcionário público prestava atendimento a um cidadão quando necessitou buscar, no interior da repartição, um documento para concluir um procedimento. Por descuido do funcionário, um *laptop* da instituição, que estava sendo utilizado por ele, ficou desvigiado, às vistas do cidadão que recebia o atendimento. Quando o funcionário retornou, não encontrou o cidadão e observou que o *laptop* havia sumido. Posteriormente, as investigações policiais concluíram que aquele cidadão havia furtado o *laptop*, que não foi recuperado.

Nesse caso, o funcionário público

- A** não praticou crime, uma vez que não anuiu à conduta delituosa.
- B** foi partícipe do crime de furto praticado e, por isso, será condenado às penas cominadas para esse crime, na medida de sua culpabilidade.
- C** praticou peculato culposo, podendo a punibilidade ser extinta caso ele repare o dano ao órgão até o trânsito em julgado da sentença penal condenatória.
- D** cometeu crime de peculato-furto, pois concorreu para a realização do furto, podendo ser reconhecida a atipicidade do fato pelo princípio da insignificância.
- E** responderá por peculato impróprio desde que o cidadão seja condenado por furto.

QUESTÃO 55

Julgue os itens a seguir.

- I A Convenção Americana sobre Direitos Humanos garante de forma relativa o direito à vida, pois autoriza a utilização da pena de morte em caso de crimes graves, sendo proibido seu restabelecimento nos países que a tiverem abolido.
- II A condenação de servidor público por quaisquer crimes decorrentes de preconceito de raça ou de cor implica perda automática do cargo público.
- III Não haverá crime de lavagem de dinheiro caso o agente seja absolvido, por atipicidade da conduta, do crime antecedente a ele imputado, uma vez que o crime de branqueamento, embora autônomo, é delito derivado do antecedente.

Assinale a opção correta.

- A** Apenas o item I está certo.
- B** Apenas o item II está certo.
- C** Apenas os itens I e III estão certos.
- D** Apenas os itens II e III estão certos.
- E** Todos os itens estão certos.

QUESTÃO 56

No que se refere a jurisdição e competência criminal, julgue os itens a seguir.

- I A justiça comum, a justiça eleitoral e a justiça militar exercem a jurisdição penal.
- II Os tribunais de justiça dos estados, assim como o Superior Tribunal de Justiça e o Supremo Tribunal Federal, exercem jurisdição criminal.
- III Compete ao juiz singular processar e julgar o crime de infanticídio.

Assinale a opção correta.

- A Apenas o item I está certo.
- B Apenas o item II está certo.
- C Apenas o item III está certo.
- D Apenas os itens I e II estão certos.
- E Todos os itens estão certos.

QUESTÃO 57

A instauração de inquérito penal independe da manifestação do ofendido no caso de crime de ação penal

- A pública incondicionada.
- B privada, se o ofendido for incapaz.
- C privada.
- D pública condicionada.
- E pública condicionada, se o ofendido houver falecido.

QUESTÃO 58

João foi vítima de um crime de furto praticado por Pedro. A *res furtiva* não foi recuperada pela vítima. Instaurado inquérito, apuraram-se a autoria e a materialidade e ofereceu-se a denúncia contra Pedro.

Nessa situação hipotética, a propositura da ação civil *ex delicto* contra Pedro

- A estará prejudicada, por haver litispendência.
- B independerá da existência da ação penal.
- C será inadmissível, pois ninguém pode ser punido duas vezes pela prática do mesmo fato.
- D dependerá do trânsito em julgado da sentença penal.
- E dependerá da condenação do acusado por órgão jurisdicional colegiado.

QUESTÃO 59

Considere que o Ministério Público tenha oferecido denúncia contra determinado indivíduo pela prática de crime que somente se processa mediante queixa. Nessa situação, o juiz deve

- A designar audiência de tentativa de reconciliação entre a vítima e o ofendido.
- B intimar o ofendido, para que ele assumo a titularidade da ação penal.
- C rejeitar a denúncia.
- D determinar a citação do querelado, para que ele ofereça defesa no prazo de quinze dias.
- E exigir do órgão ministerial a correção da peça acusatória.

QUESTÃO 60

Define-se prisão preventiva como

- A providência adotada pela autoridade policial ou judicial para privar de liberdade o acusado ou o indiciado se houver dúvida sobre a autoria do crime.
- B remédio constitucional utilizado para privar da liberdade aquele que for condenado por sentença transitada em julgado.
- C espécie de prisão cautelar que pode ser decretada de ofício pelo delegado se houver prova da materialidade do crime e confissão do indiciado.
- D medida processual de privação da liberdade do acusado ou do indiciado para impedir que ele cometa novos crimes ou embarace as investigações policiais ou judicial.
- E instrumento judicial de privação da liberdade a ser adotada nos casos de cometimento de crimes com grande clamor público e repercussão social.

Espaço livre